O ENSINO SUPERIOR E A EDUCAÇÃO FÍSICA NO REGIME MILITAR: CONCEPÇÕES A PARTIR DO MODELO NAPOLEÔNICO

Caroline Vieira[1]

Felipe Casonato Lourenço[2]

Marcio Yasuhiko Da Costa Adaniya[3]

Resumo: Esta pesquisa tem como objetivo apresentar um recorte histórico sobre a obrigatoriedade da Educação Física no Ensino Superior durante o Regime Militar no Brasil. As universidades começaram a surgir na Europa na Idade Média, no Brasil foi iniciada 1808 com os cursos superiores do Rei D. João VI, desde a sua criação sempre teve características do modelo Napoleônico de Universidade, com controle do Estado, preocupação com questões econômicas e políticas da sociedade, uma prova disto é o decreto de Nº 69.450/71 que tornou obrigatório a Educação Física nas Universidades Públicas do Brasil. No Regime Militar foi usada como estratégia para desorganizar e desestabilizar os movimentos estudantis, tendo como concepção um corpo dualista, focada somente na prática, mesmo com o fim do Regime Militar ela deixou de ser obrigatória somente em 1996. Atualmente a Educação Física está legalizada no cenário educacional como disciplina e área de conhecimento da Educação Básica.

Palavras-Chave: Educação Física; Ensino Superior; Regime Militar.

Introdução

As universidades começaram a surgir na Europa no período da Idade Média, a mais antiga de que se tem registro é a Universidade de Bolonha no final do século XI. No Brasil de acordo com Saviani (2010), há indícios que já havia ensino superior no Período Colonial com os Jesuítas, mas sua expansão foi iniciada em 1808 com os cursos superiores criados pelo Rei D. João VI. Esses cursos superiores eram isolados, não havendo então relação entre eles e mantidos exclusivamente pelo o Estado, com o objetivo de formar profissionais para o Estado.

[1] **Licenciada em Educação Física, Universidade Estadual de Londrina, Docente da rede municipal de Jataizinho-PR, carolinesvieira7@gmail.com.**
[2] **Licenciado em Educação Física, Universidade Estadual de Londrina, fecalo10@hotmail.com.**
[3] **Licenciado em Educação Física, Universidade Estadual de Londrina, marcinh1@hotmail.com**

Nas primeiras décadas do período republicano começaram a surgir faculdades e esboços de universidades particulares. Fávero (2006), destaca que na década de 20, ocorreram debates sobre a concepção de universidade, autonomia universitária, modelo de universidade a ser adotado além da função da Universidade, divididas em dois grupos: o primeiro voltado para a pesquisa cientifica e o segundo para a formação profissional. Conforme a sociedade brasileira foi se desenvolvendo aumentou a demanda por vagas na universidade.

Destacamos que desde a criação de cursos superiores por D. João XI, passando pela Reforma de 1931 em que Francisco Campos Estabeleceu o Estatuto da Universidade e pela Reforma Universitária de 1968 que procurou responder as demandas universitárias da sociedade o modelo de universidade que prevaleceu foi o modelo Napoleônico.

Há três modelos clássicos de universidades: O modelo Napoleônico, Modelo Alemão e o Modelo Anglo Saxônico. No Modelo Napoleônico de Universidade conforme Paula (2009), sua característica marcante é o forte controle do Estado na regulação e organização da Universidade, além da afirmação da nacionalidade, a universidade era um grande aparelho ideológico do estado.

Apesar das mudanças e reformas universitárias ocorridas desde a chegada de D. João XI no Brasil e das tentativas de incorporação de outras concepções universitárias, as universidades brasileiras sempre foram fortemente marcadas pelas concepções napoleônicas, essas características de controle do estado, afirmação da nacionalidade, preocupação com questões econômicas e políticas da sociedade, ficando em evidencia no período do regime militar, como exemplo, podemos citar o decreto de Nº 69.450/71 que tornou obrigatório a Educação Física nas Universidades Publicas do Brasil.

A Educação Física e o Regime Militar

Durante o Regime Militar (1964 a 1984) a Educação Física foi considerada como uma estratégia de desorganizar e desestabilizar todo o movimento estudantil que se tinha contra o governo militar. Sendo assim, foi decretado em 1 de novembro de 1971, o decreto n° 69.450/71, o qual tratava

da obrigatoriedade da prática da Educação Física por todos os alunos do Ensino Superior, salvo algumas exceções. Segundo o documento, a disciplina deveria ser composta:

> "por práticas, com predominância, de natureza desportiva, preferentemente as que conduzam à manutenção e aprimoramento da aptidão física, à conservação da saúde, à integração do estudante no campus universitário à consolidação do sentimento comunitário e de nacionalidade." (BRASIL, 1971).

A Educação Física durante o Regime Militar foi encarada na concepção dualista de homem, no qual houve a separação entre corpo e mente (a mente valorizada e o corpo desvalorizado) e como forma de desorganizar o movimento estudantil, ignorando toda a sua importância para a formação do sujeito. Entretanto é perceptível que o Estado se baseou no modelo napoleônico de ensino utilizando-se da Educação como um aparelho ideológico do estado tentando manipular e controlar esses alunos participantes do movimento estudantil.

Um ponto interessante de se destacar é que a prática da Educação Física por alunos do Ensino Superior se restringia apenas a atividades esportivas de caráter "prático", sem todo um estudo a respeito das mesmas, como aponta o Art. 13° do Decreto N° 69.450/71:

> Art. 13. A prática da educação física no ensino superior será realizada por meio de clubes universitários, criados segundo modalidades desportivas ou atividades físicas afins, na conformidade das instalações disponíveis, os quais se filiarão à Associação Atlética da respectiva instituição. (BRASIL, 1971)

Além da criação desses clubes universitários, o governo apoiava a criação das competições internas e externas entre as instituições de ensino, tudo na busca de acabar com o movimento estudantil. Um exemplo claro dessa tentativa do governo, temos os Jogos Escolares ou Estudantis, evento o qual foi criado em 1969 durante o Regime Militar e ganhou força nos anos seguintes.

Após o fim do Regime Militar, o ensino da Educação Física no Ensino Superior continuou obrigatório, porém sem mais com a ênfase de tentar conter o movimento estudantil. Apenas com a publicação da Lei de Diretrizes e

Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 9.394/96 de 20/12/96 – o ensino da Educação Física para os Cursos Superiores não foi mais obrigatória.

Hoje ainda existem grandes resquícios da concepção de Educação Física tida durante o governo militar, em que o corpo é fragmentado e consequentemente fica preocupado apenas com a prática e a manutenção da saúde. No entanto, as leis que regulamentam o ensino da Educação Física tanto na Educação Básica, como na Superior já superaram esse paradigma de corpo dicotômico.

A Educação Física atualmente e suas heranças

A Educação Física, como conhecemos hoje só passou a ter essa nomenclatura em 1813, ela teve a sua gênese na Ginástica, baseada principalmente pelo movimento Ginástico Europeu (Alemã, Sueca e Francesa).

A Ginástica Francesa, no inicio do séc. XIX teve como principal representante o Espanhol, naturalizado Frances, Amoros y Odeano, que foi deportado para a França, pelo apoio que deu a Napoleão Bonaparte na invasão espanhola. Ele defendia uma educação para o corpo que fosse baseada na Ciência, utilizava da Física, Biologia, Anatomia, Fisiologia, Musica e Filosofia para fundamentar e sistematizar os seus Métodos, para a busca de corpos fortes, vigorosos e saudáveis, com uma educação moral cívica voltada para servir a pátria.

Hoje a Educação Física esta legalizada no cenário educacional, sendo uma disciplina obrigatória na educação básica (Educação Infantil, Educação Fundamental e Ensino Médio) a partir de 20 de Dezembro de 1996, com o decreto da Lei 9394/96 em que ficaram estabelecidos as diretrizes e bases da educação brasileira. No Art.26 no § 3º diz que, A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa para alguns casos específicos.

Ainda que legalizada, em busca de sua legitimação, enquanto componente curricular, Mauro Betti, constata que:

> “O discurso científico ao longo da história recente da Educação Física tem exercido o papel de legitimação das práticas (no sentido de ‘conteúdos’), e a indagação é ‘por quê?’ (por que o

> exercício é bom para a saúde, por que o jogo pode desempenhar papel educativo, etc.), sem necessariamente questionar a prática profissional/pedagógica (o 'como'), entregando-a aos desígnios da tradição. Por ser a prática profissional/pedagógica incerta, complexa e variável, a concepção tradicional de ciência e os delineamentos de pesquisa que a acompanham pouco podem ajudar a questioná-la, intervir, melhorá-la qualitativamente (em função de valores eleitos), porque adentram apenas parcialmente a complexa dinâmica da prática pedagógica da Educação Física, que envolve valores, ideologias, interesses."(BETTI, 2005)

Isso demonstra o quanto o Positivismo que tanto influenciou a Ginástica Francesa e o Regime Militar com discursos de promoção da saúde e disciplinarização, ainda vem desempenhando grande influencia no pensamento atual de sua presença no contexto escolar.

Desta forma, em relação à proposta curricular que a Educação Física apresenta segundo as Diretrizes Curriculares da Educação Básica da Educação Física que entendem que:

> "Nesse sentido, partindo de seu objeto de estudo e de ensino, Cultura Corporal, a Educação Física se insere neste projeto ao garantir o acesso ao conhecimento e à reflexão crítica das inúmeras manifestações ou praticas corporais historicamente produzidas pela humanidade, na busca de contribuir com um ideal mais amplo de formação de um ser humano critico e reflexivo, reconhecendo-se como sujeito, que é produto, mas também agente histórico, político, social e cultural." (PARANÁ, 2008, p.49.).

Desta forma fica evidenciada o importante papel da Educação Física e sua superação das antigas concepções. E ainda incorporou em seu conteúdo estruturante (Esporte, Jogos e brincadeiras, Ginástica, Lutas e Dança), suas praticas, não negando o conhecimento, mas não apenas privilegiando um em detrimento de outro, como foi antes, ora a Ginástica, no Período Napoleônico, e ora o Esporte, no Regime Militar.

A Educação Física, sempre se fez presentes nas praticas Educacionais, e por ter esse caráter pratico, ora foi valorizada, ora foi desvalorizada, de acordo com o contexto em que estava inserida, e servindo a determinada ideologia, que ganhava um destaque, e por outras seu status enquanto disciplina foi questionado, chegando ao ponto de se tornar obrigatória por força legal. A Educação Física em sua história, nos mostra além de suas praticas, o pensamento hegemônico que dominava suas praticas. Hoje podemos constatar que ela já se faz importante apenas pelo aspecto único e

diferencial que ela apresenta comparada com as outras disciplinas, sua relevância social já é reconhecida.

A herança primordial que ficou da Ginástica elaborada por Amoros, foi sua colaboração para o avanço da Ciência, consolidando praticas através de experimentos e estudos realizados, deixando de ser senso comum, empirista, de tentativa e erro, e ele colocou a Educação Física ao nível intelectual e status de outras áreas do conhecimento, como uma área que se utiliza de outras Ciências puras, para fazer sua própria Ciência.

Já o Regime Militar, apesar de suas praticas questionadas, se utilizou do Esporte para mostrar para o mundo, assim como as potencias o fizeram, tentando provar que eram os melhores. Utilizando as escolas como celeiros de novos atletas olímpicos em potencial, esquecendo do seu caráter educativo enquanto formador, e ficando apenas com o seu aspecto competitivo, deturpando as praticas, consagrando os vencedores e hostilizando, marginalizando os perdedores, que dentro de um contexto educacional é condenável fazer isso com jovens em formação.

A Educação Física, já se renovou e se reinventou para se manter atualizada, como em qualquer profissão, e vira e meche aparece uma velha concepção transvestida de nova, com os mesmo argumentos outrora utilizados para promover a saúde ("saúde é o que interessa, o resto não tem pressa"), promover o esporte ("o esporte tira a criança da rua"), enfim, mas não podemos esquecer o poder que ele detém, de poder influenciar nas ações dos indivíduos, e pode ser de maneira consciente e reflexiva, como ele pode ser alienante e manipulativa.

Considerações finais

Como vimos, o Ensino Superior no Brasil sempre se baseou nas concepções do Modelo Napoleônico de Ensino, como principais características sendo a afirmação da nacionalidade, a universidade como sendo um grande aparelho ideológico do estado e o forte controle do Estado na regulação e organização da Universidade.

No Regime Militar que se instaurou no Brasil no período de 1964 a 1985, está influência do Estado sobre o Ensino Superior foi ainda maior,

a Educação Física neste cenário passou a ser um instrumento ideológico e uma ferramenta para desorganizar e desestabilizar os movimentos estudantis.

Vale ressaltar que está Educação Física era embasada em uma concepção dualista de homem, com separação entre corpo e mente, sendo totalmente voltada para prática, principalmente a prática esportiva. Com o incentivo a prática e competições esportivas, houve o surgimento de Jogos Estudantis, mesmo com o fim do Regime militar a sua obrigatoriedade ainda continuou até o ano de 1996.

Atualmente a Educação Física é legalizada como área de conhecimento da Educação Básica contendo cinco eixos estruturantes (Lutas, Ginastica, Jogos, Esporte e Dança), porém ela ainda encontra resquícios da Dualidade entre corpo e mente e busca sua legitimação perante a sociedade.

Cabe a nós professores buscarmos a superação total desta visão dualista, tendo como foco não apenas a ginástica, ou o esporte, como no período do Regime Militar, mas todas as áreas de conhecimento, visando não somente a prática para a formação de atletas, mas a formação integral do sujeito, em todas as suas dimensões, para que ele tenha autonomia e criticidade perante a sociedade em que está inserido.

Referências:

BETTI, Mauro. Educação física como prática científica e prática pedagógica: reflexões à luz da filosofia da ciência. Rev. bras. Educ. Fís. Esp., São Paulo, v.19, n.3, p.183-97, jul./set. 2005.

BRASIL, MEC. Decreto nº 69.450/71**.** Brasília, p.3. 1971.

BRASIL. Senado Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96. Brasília: 1996.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar.** UFPR, Curitiba, n. 28, 2006, p. 17-36.

PARANÁ. Secretaria do Estado da Educação do Paraná. Departamento de Educação Básica. Diretrizes Curriculares de Educação Física. 2008.

PAULA, Maria de Fátima. A formação universitária no Brasil: concepções e influências. Revista Avaliação *(Campinas)* [online]. 2009, vol.14, n.1, pp. 71-84. ISSN 1414-4077. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S1414-40772009000100005.

SAVIANI, Dermeval. A Expansão do Ensino Superior no Brasil: mudanças e continuidades**.** **Poíesis Pedagógica.** Universidade Federal de Goiás. Goiânia, v.8, n.2 ago/dez.2010, p.4-17.

SOARES, Carmem Lucia. Imagens da educação do corpo: estudo a partir da ginastica francesa no século XIX. Campinas SP: Autores associados, 1998 (Coleção educação contemporânea)

Linha de Estudo:
3- Fundamentos históricos, filosóficos e culturais da educação na Educação Física.